Projeto de Lei nº. 73/2010

Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional suplementar no

valor de R\$ 50.000,00 e dá outras providências.

Parecer jurídico

O crédito adicional especial solicitado pelo Poder Executivo através do Projeto

de Lei nº. 73/2010, destina-se, conforme a justificativa apresentada, ao pagamento do

Bolsa Solidariedade. Porém, no artigo 1º., as dotações deverão ser apropriadas na

Manutenção e Desenvolvimento do Centro de Referência, pagamento de Auxílios a

Pessoas Físicas- não vinculadas a projetos incentivados, não restando muito clara a

informação contida na justificativa. Em contato telefônico com o setor responsável da

Prefeitura Municipal, nos foi informado que "o projeto já veio assim, não especifica se

o Bolsa Solidariedade está incluído no Centro de Referência".

É sabido que já existe lei que autoriza o pagamento do auxílio, restando tão

somente a dúvida com relação às dotações orçamentárias. Assim sendo, preterimos a

emissão de parecer conclusivo, para que se confirmem as dotações.

Castro, 25 de agosto de 2.010.

Patricia M. Fontoura Selmer

OAB/PR 26.548